

ACOLHIDA DO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Andréa Máris Campos Guerra



Acolher é uma tarefa nem sempre óbvia, nem sempre fácil, nem sempre simples. A origem dessa palavra é latina e advém do verbo *acolligere*, que significa levar em consideração, receber. Trata-se de uma composição entre *ad* (a) mais *colligere* (*com* + *legere*), que se traduz por reunir, juntar. Como se vê, desde o ponto de vista linguístico, acolher implica considerar e receber, reunindo os envolvidos. Em poucas palavras, diz respeito a um ato em que o outro deve ser levado em conta.

Quando o outro é o adolescente autor de ato infracional, e o ato de acolher parte de todo um sistema, notadamente o socioeducativo, composto de variados atores e dispositivos, a estima pelo jovem deveria ser premissa de trabalho. Dela, o ator que acolhe pode derivar diferentes verbos: escutar, dar lugar, reverter o estigma, desmistificar, surpreender, tergiversar, orientar, respeitar, e tantos outros que engajam o sujeito e o outro no contexto mais amplo e complexo, que é o do corpo societário e político.

Assim, para pensarmos esse enredamento, partiremos de uma discussão do que seria acolher, para, em seguida, destacarmos as especificidades do acolhimento do adolescente em conflito com a lei. Na sequência, vamos nos dedicar a isolar e a tratar os impasses da prática socioeducativa na acolhida do jovem no sistema, buscando compor orientações para esse trabalho. Esperamos, dessa maneira, encontrar princípios que possam ser úteis ao operador do sistema socioeducativo, esclarecendo as práticas na acolhida e, sobretudo, construindo ferramentas lógicas que sirvam de base para a tomada de decisões no cotidiano.

1. A complexidade do acolher

“O homem encontra sua casa num ponto situado no Outro” (LACAN, 2005, p. 58). Trata-se de expressão da qual iremos nos valer para compreender como podemos tomar a ideia e a prática da acolhida, preliminarmente à análise factual da maneira como ela se realiza junto ao jovem no sistema socioeducativo. Essa frase é de um psicanalista francês e, de saída, ensina-nos que acolher implica sempre o outro. Isso pode ser facilmente compreendido pelo fato de que nos localizamos no mundo com base na maneira como respondemos às relações simbólicas que estabelecemos com os outros. Essa resposta localiza-nos num plano projetivo que constitui uma espécie de tela através da qual nos reconhecemos. Denominaremos essa espécie de tela projetiva de *Outro*, com maiúscula, para diferenciá-la do *outro* —pessoas concretas— que escreveremos com minúscula.

Se, por um lado, o *Outro* é essencial para projetarmos nosso corpo como individualidade no mundo, por outro, essa projeção não corresponde exatamente ao que somos. Assim, porque falamos e porque carecemos de uma imagem de eu projetada no *Outro* e reconhecida pelo *outro* para nos situarmos no mundo, jamais correspondemos *ipsis litteris* a nós mesmos. Essa disjunção originária torna-se fonte de equívocos constantes na nossa vida diária, como se tivéssemos vários espelhos projetando imagens que não encontram correspondência entre si. Assim, encontrar sua casa em um ponto situado no *Outro*, por um lado, elucida a dificuldade de se acolher qualquer sujeito, dado que nenhum indivíduo corresponde a si mesmo no laço social. Por outro lado, anuncia a complexidade em jogo, quando se trata de acolher um adolescente que ingressa formalmente nas tramas da socioeducação.

Assim, proponho isolarmos os três termos da frase — o *homem*, sua *casa* e o *Outro* — e analisarmos sua(s) relação(ões) possível(is). Essa digressão irá nos ajudar a compreender os diferentes níveis e cruzamentos presentes nos impasses da acolhida do jovem pelo sistema socioeducativo. Começemos, então, pelo primeiro termo. O *homem*, termo genérico que inclui a unidade de todo ser vivo que fala, não configura uma unidade, justamente porque, ao falar, o sujeito distancia a realidade de sua representação, o corpo de sua imagem, o eu do ser. Mais por ser falante e menos por ser racional, o homem fala de si mesmo de maneira disjunta em relação à sua ação e à imagem que constrói sobre si mesmo. Ele não corresponde nem ao que pensa ser, nem à maneira como se mostra, nem à maneira como age. Mas carece de todos, pensamento, imagem e ação, para dar consistência e sentido ao seu ser.

E, para fazê-lo, implica o outro. Assim como somos seres de linguagem, somos seres sociais. Do encontro com o outro, nascemos para o mundo. Sem o outro que cuida, alimenta e confere significado ao mundo para um bebê, ele perece. É o outro que nomeia a demanda do bebê, com base no seu próprio desejo. Diferentemente de todos os outros seres vivos, nós não sobrevivemos sozinhos. O *Outro*, para os seres que falam, desdobra-se, assim, em diferentes figuras de alteridade, tanto quanto o eu se desdobra em diferentes instâncias, como aquelas que exigem satisfação, aquelas que moralizam, aquelas que medeiam. Essa disjunção originária torna-nos seres estrangeiros em nossa própria morada. Sobre o outro semelhante, nele projetamos aquilo que nos amedronta, aflige, aquilo que impede nosso prazer. Sobre o *Outro*, lançamo-nos a fim de preencher aquilo que — acreditamos — falta e nos convida a ser. Dessa maneira, lemos nossa própria mensagem de maneira invertida, como se ela viesse do outro. E aí tentamos nos alojar.

Nesse sentido, tornamo-nos sujeitos como objeto, o que implica sempre: (a) a mediação necessária do outro; (b) a superposição entre um Outro simbólico e o outro semelhante; (c) a leitura da demanda do outro de maneira invertida, (d) a projeção do pior no semelhante; (e) a disjunção entre o ser e o sujeito; (f) a não correspondência entre o reconhecimento do outro e a expectativa do sujeito. A relação com o outro pode, assim, articular-se, como forma de amor/ódio ou como fonte de identificação:

El sujeto se estructura con base en otro tomado como modelo de identificación y del que el sujeto toma inconscientemente rasgos, conforme a los cuales, se transforma a sí mismo. Em ese movimiento hay una fascinación por el modelo; así mismo, hay una fascinación similar por el enemigo. Es una especie de amor en el aspecto de la atención permanente del otro: se le observa, lo que aquí se traduce en vigilancia, se está pendiente de su manera de ser, de pensar, de actuar, de sentir, pero más que para obnubilarse en su adoración, es para criticarle, señalarle la equivocación, su falla, su error. Hay como en el amor una alienación especular por el enemigo. (RAMIREZ, 2007, p. 45).

É preciso levar em conta todos esses prismas na relação sujeito-outro para podermos entender o trabalho de acolhida e não nos equivocarmos ao receber e considerar um jovem que ingressa no sistema socioeducativo. Em nossas pesquisas, encontramos um jovem que, ao ser pego pela polícia pela primeira vez e levado ao CIA, depարou com um grupo de meninos envolvidos no microtráfico ilícito de drogas. O policial que fazia seu boletim de ocorrência aponta para o grupo e comenta que eles haviam sido pegos com uma “nota preta”, enquanto ele apenas pichava, mas todos iriam ter o mesmo destino. Ali mesmo, o adolescente lança uma nova aposta para sua vida e, ao voltar para o seu bairro, envolve-se com o tráfico local. A oportunidade de repensar sua vida torna-se o convite para o crime. Precisamos

estar atentos ao que oferecemos ao adolescente no momento de sua acolhida.

2. O estranho familiar na acolhida

Ainda para explicar como encontramos nossa morada em um ponto situado no Outro, recorreremos a Freud. Ele (FREUD, 1919, p. 282) usa um termo alemão *heimlich*, que porta, entre seus significados, o mesmo de seu oposto *unheimlich*, para se referir àquilo que, de mais íntimo, não reconhecemos e que, por isso, traz o sentimento de estranheza. O termo pode, assim, de maneira ambivalente, tanto significar familiar, agradável, quanto o que deve permanecer oculto, fora da vista. “O estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar.” (FREUD, 1919, p. 277). Ele evoca aquilo que desconhecemos, porque esquecemos, apagamos, recalamos ou porque insiste em se repetir em nossa história, produzindo sofrimento, mesmo que, intencionalmente, não desejemos reproduzi-lo. O termo evoca aquilo que reencontramos sem reconhecer.

Porém, “algo tem que ser acrescentado ao que é novo, e não familiar, para torná-lo estranho.” (FREUD, 1919, p. 277). O que acrescenta é exatamente esse ponto de onde nos miramos sem nos reconhecer, esse excedente do qual gozamos sem com ele consentir conscientemente. E, aqui, podemos, no caso da acolhida ao jovem, remeter o estranho familiar ao que se repete na trajetória infracional singular de cada adolescente, ao real com que ele depara, sem reconhecer, ao ser apreendido. Como ele interpreta a demanda do Outro de forma invertida, tomando-a como seu próprio desejo, a apreensão e o ingresso no sistema socioeducativo terá, para cada adolescente, um sentido particular. Assim, nessa ocasião, poderão ser abertas para cada um deles portas diferentes em sua trajetória de vida.

Esse é o ponto, *Heim*, no qual o desejo do sujeito revela-se desejo do Outro, desejo no Outro. E, ao mesmo tempo, ponto em que seu próprio desejo entra sob a forma do objeto que o sujeito é para o Outro, na medida em que, dessa perspectiva, ele se exila de sua subjetividade, alienando-se à imagem que construiu de si mesmo (LACAN, 2005, p. 59). Esse perder-se de si mesmo evidencia os labirintos por onde o adolescente pode ser resgatado quando do ingresso no sistema socioeducativo. Não à toa, Lacan nos remete, com o termo *Heim*, à morada, ao abrigo que construímos em nossa relação com o Outro para nos situar e proteger do vazio de nossas existências.

Este lugar, nós o chamaremos pelo nome – é isso que se chama *Heim* [casa, lar, asilo]. Digamos que, se essa palavra tem algum sentido na experiência humana, é o da casa do homem. Deem à palavra “casa” [*Heim*] todas as ressonâncias que quiserem. O homem encontra sua casa em um ponto situado no Outro para além da imagem de que somos feitos. Esse lugar representa a ausência em que estamos (LACAN, 2005, p. 58, grifo nosso).

O verbo acolher, como consta no dicionário, pode significar: “V.t. Receber alguém bem ou mal, hospedar, agasalhar: acolheu-me de braços abertos. Aceitar, receber: acolheu com agrado as nossas sugestões. V. Pr. Abrigar-se, refugiar-se: acolheu-se à sombra da religião”. (ACOLHER, 2017). Vê-se, claramente, que se trata de um ato transitivo ou pronominal e, que, portanto, engaja sujeito e Outro no processo da acolhida, podendo culminar em um efeito bem ou mal sucedido. Abrigar, bem ou mal, abrigar-se, bem ou mal... Proteção ou defesa, não há de saída uma fórmula a se adotar. Pois, como acabamos de verificar, é necessário, no ato de acolher o adolescente em conflito com a lei, calcular os elementos subjetivos, institucionais, societários e políticos, que estão em jogo para que a intervenção não reincida, ela própria, na repetição de estigmas, percur-

sos e predestinações simbólicas que convidam o jovem a ocupar o circuito da exclusão que o (re)conduz ao mesmo lugar social de privação e da desproteção que a trajetória infracional pode ratificar (MOREIRA; SOUZA; ROCHA, 2015).

Essa perspectiva implica a inclusão do sistema socioeducativo em um certo arranjo que orienta a posição do sujeito. A medida socioeducativa e as figuras do Outro ali dispostas estarão, portanto, condicionadas às séries já constituídas pelo sujeito no laço com o Outro. Assim, pensamos que, na acolhida, o sujeito pode se valer minimamente da presença do Outro, sem que o mesmo seja totalmente estranho e invasivo. Para isso, porém, o outro que o acolhe precisa ler a forma como o jovem escreve sua presença no laço social.

3. A especificidade da acolhida do adolescente nas medidas socioeducativas

Assim, para tratarmos da acolhida na perspectiva do adolescente, é importante, ainda que brevemente, esforçarmo-nos em compreender alguns aspectos desse momento singular de vida que é a adolescência, bem como os efeitos da passagem entre a vida infantil, tutelada pelo outro, e a vida adulta, na qual o sujeito passa a responder por si mesmo. Segundo Lacadée:

[...] com frequência, o adolescente percebe as modificações de seu corpo como sendo outro corpo arrebatando, de maneira real, a terna despreocupação de sua infância e subvertendo os significantes ideais do Outro parental: tomado por um sentimento de estranheza em face de sua metamorfose, ele depara com algo de intraduzível na língua do outro e se confronta com um impasse, com o sentimento de um vazio matizado de vergonha [...] que pode levar ao desgosto, ao ódio de si mesmo, ao ódio dessa coisa nova. (LACADÉE, 2011, p. 27-28).

Agir, em resposta a esse estilhaçamento, permite ao sujeito encontrar novos parceiros, novas cenas fora do circuito da família, outras comunidades de vida, outros lugares de tradução de sua experiência. Por outro lado, pode implicar condutas de risco, na qual o adolescente busca – não a morte – mas a afirmação do valor da vida verdadeira, o gosto de viver, como afirma Breton (2017).

Neste sentido, este eixo de discussão pretendeu refletir sobre as diferentes experiências do adolecer, bem como trabalhou a importância da acolhida do adolescente no sistema socioeducativo, tendo como pano de fundo as dimensões discursiva, simbólica e material das diferentes condições de inserção social do adolescente. Para isso, o coletivo de trabalho partiu de algumas perguntas preliminares para a reflexão:

1. O que significa adolecer?
2. Quais as metamorfoses em jogo nesse processo?
3. Quais as nossas representações, imaginários e conceitos sobre adolescência?
4. O que entendemos pela atribuição do termo “autor de ato infracional” ao adolescente?

Segundo Guerra *et al.*:

[...] a liberdade de percorrer um grande espaço não é jamais sem bússola. A experiência de alguns jovens revela que, muitas vezes, nada vem ditar em seu ambiente sociocultural sobre qual conduta ter, qual caminho seguir. Sua chance é pequena diante da procura de uma resposta às suas esperas. Para *Le Breton* (2012, citado por *SOUZA*, 2013), como vimos, uma conduta de risco é uma maneira de o jovem verificar sua potência pessoal e testar sua garantia, afirmando o valor da vida verdadeira. Se a sociedade não pode garantir ao jovem que sua existência tem um sentido e um valor, se não pode assegurar seu futuro,

ele se expõe de uma forma solitária e indecisa a formas selvagens de encontrar sentido para sua existência. O que implica numa pesquisa individual de limites físicos no afrontamento do mundo, através de ações pontuais e de atividades nem sempre confiáveis. (GUERRA *et al.*, 2015, p. 91).

“Colados” com os colegas e “intrujados” com o “patrão”, atravessados pelo corpo adolescente e pela urgência de satisfação, os adolescentes parecem atuar na imediatez do cotidiano da sobrevivência. Inseridos na trama imaginária do Outro do crime e aderidos ao seu saber-fazer, parecem não contar mais como sujeitos que se apropriam de suas próprias experiências, mas antes se apresentam como corpos-objeto que se lançam na manutenção de um sistema de vida que os torna dispensáveis, elimináveis (BAUMAN, 2009). Nesse sentido, não diferem do corpo-produção acerca do qual Marx (1983) nos advertia em sua discussão sobre a alienação do trabalhador – salvo por se anestesiarem com adições diversas, cultivar o prestígio comunitário que ganham e atuarem ininterruptamente com seus corpos-escudos expostos diariamente à morte (GUERRA *et al.*, 2009).

Colocarmo-nos a refletir sobre a questão da acolhida do jovem no sistema socioeducativo, desdobrou as questões iniciais sobre adolescência e socioeducação em três outras indagações orientadoras:

A especificidade de um sujeito em desenvolvimento é considerada na acolhida do adolescente no sistema socioeducativo?

Quais os dispositivos de cada serviço para acolher o adolescente em seus primeiros contatos com a instituição?

Como cada serviço engaja o adolescente e o campo societário no processo de socioeducação?

4. Pensando os impasses da acolhida do jovem nas medidas socioeducativas

Pois bem, expostos alguns pressupostos que nos permitem ampliar a discussão sobre a acolhida e implicar os atores do sistema socioeducativo, os jovens e a sociedade civil nesse processo, partiremos para a apresentação e discussão dos impasses cernidos pelo grande coletivo de trabalhadores das medidas socioeducativas de Minas Gerais, reunido no seminário sobre esse tema. Foram identificados sete impasses e sugeridas boas práticas e proposições no sentido de abrir novas linhas para a abordagem do adolescente no processo de acolhida junto ao sistema socioeducativo. São eles:

A abordagem inicial do adolescente na rua, mesmo que não seja a primeira, marca um momento delicado e tenso, no qual as expectativas e projetos de vida, até então investidos pelos adolescentes, são interrompidos. Assim, abre-se para eles uma nova condição de pensamento e de ação que pode tomar a via de uma linha alternativa de fuga à trajetória criminal e à repetição do processo de exclusão, ou, por outro lado, consolidar um percurso que culmina em seu aprisionamento ou em sua morte. Consta-se, nessa abordagem na rua e mesmo depois nas delegacias ou no CIA – Centro Integrado da Infância e Adolescência, sediado na capital mineira – para onde o adolescente apreendido é levado, diversas situações que podem ser enfrentadas e superadas. Nesse tópico, a questão foi discutida especialmente em relação ao CIA. Nesse centro interinstitucional, é feito o Boletim de Ocorrência pela Polícia Militar, aberto inquérito em seguida pela Polícia Civil, depois, identificados adolescente e família pela Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE) e, finalmente, assistidos pela Prefeitura. O grupo fala de falta de informação e falta

de defesa no devido processo legal, fortalecido por um regime discursivo de culpabilização do adolescente e propõe, como boas práticas não apenas montagem de capacitação profissional para a equipe do CIA, com reafirmação das funções e atribuições de cada instituição, como também composição de equipe no CIA, específica para o acolhimento. É reportado projeto que já vem sendo desenvolvido nesse sentido no CIA pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Destaca-se, no conjunto das discussões, o curto tempo de acolhida nos centros provisórios. São relatadas situações de excessiva demanda de informação protocolar por parte da equipe, e sugerida mudança de postura das equipes na instituição, passando-se de uma postura de coleta de informações para uma de escuta do jovem, procurando-se situar sua posição diante de sua situação temporária. O adolescente chega a responder às mesmas questões até sete vezes no percurso da acolhida. Mais escuta e menos perguntas ficam como direção, ao lado da proposta de elaboração de cartilha para os centros provisórios e uso efetivo do Sistema de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SIAME) e da informatização do sistema SUASE, para evitar perguntas repetitivas às quais os jovens se cansam de responder. O provisório destaca-se como momento de suspensão de certezas, sobre o qual recairá uma decisão do outro judicial, que pode reorientar as decisões do adolescente. Assim, pode-se aproveitar esse espaço-tempo de suspensão para fazer vacilar certezas antes decididas e abrir ao adolescente a condição de novas formas de pensar e agir.

Quanto ao meio fechado, a referência a uma acolhida muito protocolar repete-se, sendo indicada como boa prática o uso de formas mais qualitativas nessa acolhida. Destaca-se, especialmente, a indicação de capacitação profissional de agentes, problematizando a acolhida. Sabemos que o adolescente é apreendido no momento do

pior desempenho de sua vida, ou seja, quando fracassa em seu projeto, que já é ilícito e antissocial. Romper com esse lugar simbólico e discursivamente construído e articulado pela prática infratora torna-se, então, tarefa premente de quem intervém na acolhida. Reproduzir termos pejorativos como “perigoso”, “monstro”, “sem solução”, fortalecem o pior. Enquanto a abertura a novas formas discursivas de apresentação do adolescente pode se configurar em convites de desconstrução de identificações que fortalecem repetições. Essa resposta é construída, muitas vezes, de maneira lenta e exige reposição de afetos e de imagens das quais os adolescentes não cedem com facilidade, pois elas os ancoraram desde muito tempo. São elaborações que visam pensar o tipo de mutação dos afetos “que permite o advento da política como prática de transformação” (SAFATLE, 2015, p. 54). Não se trata, obviamente, apenas de uma mudança esperada do lado do jovem, mas, especialmente, do lado do corpo social que dá forma e intensidade a esse circuito de afetos. Nesse sentido, é preciso implicar os adultos, agentes, técnicos, familiares, comunidade, sociedade civil, que convivem com as violações e violências banalizadas cotidianamente na transformação desse jovem em corpo eliminável.

O adolescente, autor de ato infracional e portador de sofrimento mental, sofre dupla entrada no sistema de proteção e de socioeducação. Como ele é inimputável, dada sua condição peculiar de desenvolvimento, a remissão de sua pena pode se converter em medida socioeducativa. Porém, se ele porta sofrimento mental, há uma segunda condição de excepcionalidade quanto à inimputabilidade penal. O grupo questiona, então, se não deveria ser oferecido a esse adolescente um outro percurso no interior do sistema socioeducativo. Há adolescentes sobre os quais, à sua condição peculiar de pessoa em desenvol-

vimento, soma-se o sofrimento mental. E, muitas vezes, o próprio ato infracional está relacionado às manifestações do sofrimento mental, como delírios e alucinações, o que o qualificando de maneira diferenciada. Se o transtorno mental do adolescente não é levado em consideração pelo sistema socioeducativo, a responsabilização fica comprometida no processo socioeducativo. A brevidade é indicada como boa prática e a oferta de um percurso diferenciado e organizado articuladamente em rede segue como proposição para gestão dessa especificidade que acomete alguns adolescentes no sistema socioeducativo.

Sobre o público feminino, os impasses suscitados referem-se à crítica à nomeação binária de gênero na organização interna do sistema. Além disso, foram relatadas como boas práticas: intervenções em grupo, consideradas muito positivas entre as mulheres, assim como o uso da referência ampliada no território como elemento facilitador da inserção social, dada a alta incidência de violações prévias, em geral oriundas do próprio circuito familiar das jovens, caracterizado por vínculos afetivos negativos e de difícil recomposição.

O coletivo de trabalho avançou na pergunta sobre quem acolhe o adolescente depois da medida, no território, onde todo o trabalho realizado institucionalmente pode se perder, ou melhor, se render, à rotina da infração que se oferece no cotidiano do adolescente quando ele retorna para casa. As boas práticas indicam, já durante o cumprimento da medida, o forte trabalho em rede para acolher o jovem de maneira diferenciada e com novos circuitos, quando ele for desligado. A perspectiva de se trabalhar o território, de maneira formal e potente, bem como de se valer dos vínculos extensos, acena como horizonte de necessária intervenção, a ser ampliada como prática no sistema socioeducativo. Sem interfe-

rir no território, operamos apenas no reduzido espectro subjetivo do adolescente, sem tocar nos efeitos políticos e sociais. Pensar caminhos para desativar os circuitos de repetição no qual o estranho familiar invoca a reincidência, seja do lado do adolescente, seja do lado do Outro social, será sempre melhor sucedido se envolver sujeito e outro no processo. Daí a necessidade, nesse processo, de se criar uma nova acolhida do adolescente no território, que inclua a recomposição de seu circuito afetivo.

Compreender a forma como indivíduos produzem crenças, desejos e interesses a partir de certos circuitos e afetos quando justificam para si mesmos, a necessidade de aquiescer à norma, adotando tipos de comportamentos e recusando repetidamente outros. E [...] também compreender como afetos são produzidos e mobilizados para bloquear o que normalmente chamaríamos de ‘expectativas emancipatórias’ (SAFATLE, 2015, p. 48).

Estas são perspectivas indispensáveis para orientar as ações institucionais do sistema socioeducativo, preparando a acolhida do jovem no território.

Finalmente, o trabalho de dissociação entre criminalidade e juventude, especialmente negra e pobre, mantém-se na centralidade de toda e qualquer ação referida à acolhida. A naturalização da mortalidade juvenil, a negação do genocídio do jovem negro, a patologização do crime e todo discurso petrificado e ideológico, economicamente orientado, configuram um cenário de fundo que dialoga e condiciona diretamente a atividade infratora do adolescente e a imagem simbólica que se constitui em torno dele. É a partir do ponto de indeterminação não capturado por essa rede semântica, jurídica e social que nascem as experiências de rebelião, criação e vida. “Não estaria aí o contraponto positivado a ser buscado e explorado em nossas

ações socioeducativas, a cada caso, com cada jovem, nos intervalos da rotina de seus corpos indóceis?” (GUERRA, 2016, p. 230).

5. Conclusão

A título de conclusão, deixamos a questão acerca do que seria acolher, senão incomodar, e não acomodar, o desassossego juvenil. Antes promover novos circuitos para esse desejo desorientado, que busca os caminhos da docilização e da contenção. Freud (1937) já dizia que educar era tarefa impossível, ao lado de governar e de *psicanalisar*. Educar para a cidadania... Como fazê-lo sem colocar o jovem a trabalho em sua nomeação, sem reduzi-lo à nomeação preconceituosa que sustenta a repetição de sua representação discursiva de ameaça e perigo? Não estaria aí, nessa aposta, a dimensão ética de toda e qualquer acolhida que se pretenda emancipatória com o adolescente autor de ato infracional? Desativar os afetos que mantêm a reincidência e abrir, assim, a condição de circulação de novas linhas de fuga, de novos circuitos?

A política não opera em um espaço vazio, mas em um espaço saturado de representações, construções, fantasias, significações postas, trajetos de afetos corporais. É nesse espaço saturado que ela cria. Mas criar em espaços saturados implica identificar onde estão os pontos duros de saturação, ou seja, os pontos fantasmáticos que sustentam a coesão estrutural do espaço, a fim de transformá-los, explorando suas instabilidades e fazendo-os produzir novos afetos e efeitos (SAFATLE, 2015, p. 135).

Nenhum adulto que já tenha passado pela adolescência desconhece a dificuldade dessa travessia. Ninguém que esteja no mundo pode se eximir de sua responsabilidade junto a ela.

6. Referências

ACOLHER. In: DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/acolher/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

BAUMAN, Zigmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FREUD, Sigmund. *O estranho* (1919). Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 275-314. v. 7. (Edição Standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud).

_____. *Análise terminável e interminável* (1937). Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 247-290. v. 23. (Edição Standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud).

LACADEE, Philippe. *O despertar e o exílio*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 27-38. (Cap. A transição da “vida verdadeira”).

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 10: a angústia* (1962-63). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LE BRETON, David. *Uma breve história da adolescência*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017.

GUERRA, Andréa Máris Campos. et al. O desafio do trabalho com jovens envolvidos com a criminalidade: oficinas comunitárias como estratégia inovadora na Justiça Social. *Cartas de Psicanálise*, Ipatinga, ano 4, v. 2, n. 6, p. 200-209, dez. 2009.

_____. *Assistência social pública na interface entre subjetividade e política*. Belo Horizonte: Scriptum, 2015. p. 81-111. (Módulo II, Adolescência).

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa de; ROCHA, Paula

Melgaço (Orgs.). *Diálogos com o campo socioeducativo: a acolhida, os eixos e o desligamento*. Curitiba: CRV, 2015. p. 15-29. (Unidade I).

RAMIREZ, Mario Elkin. *Órdenes de hierro: ensayos de psicoanálisis aplicado a lo social*. Colômbia: Universidad de Antioquia, 2007.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo, fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naif, 2015.

7. Bibliografia complementar

ALBERTI, Sonia. *O adolescente e o outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MARTINS, A. S.; GUERRA, A. M. C.; CANUTO, L. G. G. A guerra do tráfico como sistema de vida para adolescentes autores de ato infracional. *Cultures-Kairós: revue d'anthropologie des pratiques corporelles e des arts vivants*, 2015. Disponível em: <<http://revues.mshparisnord.org/cultureskairos/index.php?id=1092>>. Acesso em: 31 out. 2017.

SAVAGE, Jon. *A criação da juventude: como o conceito de teenager revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.